

Canal Energia

Projeto de lei quer excluir energia elétrica das leis que aumentam PIS/Cofins
Senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pretende encaminhar PL até o início da próxima semana

Júlio Santos, da Agência CanalEnergia, Negócios

7/6/2005

Até o início da próxima semana, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) pretende encaminhar para a Câmara dos Deputados projeto de lei com o objetivo de incluir o setor energético na lista dos excluídos do aumento das alíquotas do PIS e da Cofins. Apesar da crise política, o senador acredita que haja espaço para a tramitação do projeto cujo objetivo é garantir a manutenção do sistema cumulativo. Tourinho estima que, se houver vontade do governo, o projeto pode ser votado num prazo entre 30 e 60 dias.

"Se o governo quiser este projeto tramita rapidamente", afirmou o senador nesta terça-feira, 7 de junho, ao participar do Fórum **CBIEE** Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro. Na proposição, o senador lembra que a lei nº 10.637 tornou o PIS não cumulativo e elevou sua alíquota de 0,65% para 1,65%. Por outro lado, a lei 10.833/03 tornou a Cofins não cumulativa, elevando-a de 3% para 7,6%. O objetivo, diz Tourinho, é fazer com que o setor tenha o mesmo tratamento dado a outros setores, como o de telecomunicações, de hotelaria e transporte coletivo.

Cálculos da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, segundo a proposição do senador, mostram que esta mudança de base gerou um incremento de cerca de 50% na carga tributária do PIS/Cofins, que passou de 3,65% para 5,3%. A Abradee estima que este aumento causou um impacto de 3% a 4% nas tarifas do consumidor final. "Este é o momento de uma grande negociação entre o setor elétrico e o governo para rever a questão da carga tributária", observou o senador, acrescentando que só na reforma tributária haverá espaço para se rever a base de incidência do ICMS, que, segundo ele, gera o principal peso para o setor.

Bancabilidade - Além da tributação, Tourinho também mostrou-se preocupado com o futuro do abastecimento de energia, sobretudo, com a demora na realização do leilão de energia nova. Segundo ele, o prazo está ficando cada vez mais curto para atender a demanda do mercado em 2010, que é o objeto do leilão que o governo pretende fazer a ainda este ano. A bancabilidade dos projetos é um ponto de dúvida, segundo o senador. Para ele, este é um fator crucial para o setor garantir a tão esperada entrada de 3 mil MW, por ano.

Segundo ele, que retornou esta semana dos Estados Unidos, já há uma mudança de filosofia de financiadores como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento com relação aos investimentos no setor de infra-estrutura. "Esses bancos já trabalham com uma necessidade de investimento de 50% para o Estado e 50% para iniciativa privada", observou o senador, reconhecendo a dificuldade do governo de fazer estes investimentos devido à necessidade de cumprir a meta de superávit primário.

Sobre a demora na tramitação da lei das agências reguladoras o senador disse que é preciso que o setor privado deixe bem claro para o Congresso o que aceita ou não na legislação. "Não está bem claro sobre o que o setor privado pensa da lei, pelo menos para os parlamentares", disse Tourinho.